

DA REDUÇÃO *EX OFFICIO* DA CLÁUSULA PENAL PREVISTA EM ACORDO. ENFOQUE À LUZ DO ARTIGO 413 DO CÓDIGO CIVIL

Eduardo Henrique Brennand Dornelas Câmara¹

1 INTRODUÇÃO.

A cláusula penal é obrigação acessória, utilizada como meio indireto de coação ao cumprimento da obrigação, servindo como prefixação das perdas e danos, nos casos de inexecução total, ou tardia, mas ainda útil, da obrigação.

Nos acordo celebrados perante a Justiça do Trabalho, com suporte no artigo 846, §2º da CLT, e outros correlatos da Lei 10.406/2002, em regra é prevista cláusula penal pelo

¹ Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

descumprimento da obrigação (em grande parte dos casos, de pagar), cujo parâmetro de fixação é percentual sobre o valor do acordo ou da parcela, quando celebrado em prestações sucessivas.

Não raras vezes o empregador inadimpe total ou parcialmente o pagamento, fazendo incidir a multa. Da redação da cláusula penal fixada decorre o modo de cálculo da penalidade a ser imposta, sendo comum referir-se apenas a incidência da multa “*em caso de descumprimento*” ou “*em caso de inadimplência*”.

Celebrado acordo para pagamento em parcela única, não apresentam-se maiores dificuldades na fixação do *quantum debeatur*, em caso de inadimplemento, moratório ou compensatório.

Porém, celebrado acordo para pagamento em parcelas sucessivas, ficando em atraso uma das parcelas, faz surgir a discussão sobre a hipótese de incidência do cálculo do *quantum* devido.

2 INADIMPLÊNCIA TOTAL (v.g artigo 891 da CLT) E PARCIAL (mora, v.g artigo 846, §2º *in fine* da CLT).

Para análise do cumprimento dos acordos feitos em prestações sucessivas, cumpre distinguir a inadimplência/descumprimento da mora. A Lei Civil distingue os casos em que há descumprimento das situações de atraso no adimplemento da obrigação, como se extrai dos artigos 408 e 409 do Código Civil².

O descumprimento e o inadimplemento, pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, são sinônimos significando deixar de cumprir ou transgredir; deixar de cumprir (contrato, condição de contrato, prestação) nos termos e prazo convenencionados.

Descumprir a obrigação é o *inadimplemento absoluto*, é o não pagamento da obrigação, conforme extrai-se

² Art. 408. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.

Art.409. A cláusula penal, estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à **inexecução completa** da obrigação, à alguma cláusula especial ou **simplesmente a mora**.

da redação anterior do artigo 580 do CPC e da nova redação do artigo 581 do mesmo diploma³.

Neste caso a cláusula penal ajustada, serve como previsão das perdas e danos, sendo denominada pela doutrina como *cláusula penal compensatória*.

Já a *mora* significa o retardamento no cumprimento de uma obrigação. É o *inadimplemento relativo*. Neste caso, houve atraso no cumprimento da obrigação, ou seja, a obrigação foi cumprida a destempo porém o seu cumprimento ainda demonstra-se útil ao credor⁴.

Sendo a mora o cumprimento do pactuado fora do tempo, é possível ser purgada, em especial pelo pagamento da parcela em atraso⁵.

³ Art. 580. Verificado o inadimplemento do devedor, cabe ao credor promover a execução.

Parágrafo único. Considera-se inadimplente o devedor que não satisfaz espontaneamente o direito reconhecido pela sentença, ou a obrigação, a que a lei atribuir a eficácia de título executivo.”

Art. 581. O credor não poderá iniciar a execução, ou nela prosseguir, se o devedor cumprir a obrigação; mas poderá recusar o recebimento da prestação, estabelecida no título executivo, se ela não corresponder ao direito ou à obrigação; caso em que requererá ao juiz a execução, ressalvado ao devedor o direito de embargá-la.

⁴ Lei 10.406/2002 - Art. 394. Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.

Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva, e líquida, no seu termo constitui de pleno direito em mora o devedor.

⁵ Lei 10.406/2002. Art. 401. Purga-se a mora:

I - por parte do devedor, oferecendo este a prestação mais a importância dos prejuízos decorrentes do dia da oferta;

In casu, a cláusula penal fixada, tida como *moratória*, serve, além de meio indireto de coação, como um *plus* devido ao credor em caso de não cumprimento da obrigação em seu termo, mas ainda sendo possível o pagamento. Esta é a interpretação do artigo 846, §2º *in fine* da CLT, que admite a continuidade no cumprimento do acordo, sem prejuízo da execução da multa moratória.

Em ambos os casos, o fato gerador é o inadimplemento da prestação na época própria em que foi fixado seu termo, sendo desnecessária a prova de efetivo prejuízo (art. 835 CLT).

3 FIXAÇÃO DAS PREMISSAS.

A primeira premissa a ser fixada parte da praxe forense de aplicação da cláusula penal, compensatória ou moratória, sem aferir-se se houve inadimplemento da

obrigação⁶ ou a mora no pagamento da parcela, decorrendo daí, o cálculo da multa sobre o total do acordo firmado.

A segunda premissa parte da desproporção causada pela apuração da cláusula penal **moratória** sobre o total do acordo firmado, surgindo a necessária observância dos artigos 412 e 413 da Lei 10.406/2002.

4 DE REDUÇÃO *EX OFFICIO* DA MULTA MORATÓRIA EM CASO DE LESÃO AO ARTIGO 412 DO CÓDIGO CIVIL.

A análise da situação – tipo recai sobre a possibilidade de redução *ex officio*, pelo magistrado de 1º grau, da multa moratória estipulada em acordo (judicial ou extrajudicial, em decorrência do artigo 876 da CLT) para cumprimento em prestações sucessivas.

⁶ O inadimplemento de uma parcela, em acordo de prestações sucessivas, faz vencer as posteriores, correndo a execução pelo valor remanescente inadimplido, conforme artigo 891 da CLT. Já a parte final do §2º do artigo 846, possibilita a continuidade no cumprimento do acordo de prestações sucessivas, em caso de mora, sem prejuízo da execução da multa.

Havendo mora no pagamento, a multa prevista em cláusula penal serve como meio de compensar o atraso e as eventuais perdas decorrentes do descumprimento parcial. Na verdade trata-se de um *quantum* pré determinado que se agrega a prestação principal.

Havendo o inadimplemento parcial da prestação, a aferição da multa compensatória deve seguir o parâmetro do artigo 412 do Código Civil, restringindo sua base de cálculo à parcela em atraso, e não ao montante total do acordo, como já se vislumbra em decisões regionais⁷.

⁷ TRT 13ª REGIÃO ACÓRDÃO PROC. NU.: 00215.2005.003.13.00-1 AGRADO DE PETIÇÃO E M E N T A: AGRADO DE PETIÇÃO. ACORDO EXTRAJUDICIAL. NINTER. DESCUMPRIMENTO PARCIAL. MULTA. INCIDÊNCIA SOBRE PARCELAS NÃO ADIMPLIDAS. Ocorrendo parcial cumprimento do acordo celebrado em órgão de conciliação prévia, a multa prevista na cláusula penal deverá incidir tão-somente sobre a parte inadimplida do pacto, evitando que o credor seja beneficiado sem motivo justo, por conta da aplicação de uma cláusula penal que pune excessivamente o devedor, em valores até mesmo superiores ao que era realmente devido, por conta do descumprimento de uma das parcelas acordadas, quando a quase integralidade do pacto já havia sido cumprida. AGRADO DE PETIÇÃO – CLÁUSULA PENAL – REDUÇÃO COM BASE NO ART. 413 DO CÓDIGO CIVIL – A cláusula penal se constitui em um pacto acessório, que tem por finalidade a liquidação antecipada das perdas e danos ocorridos por violação das condições fixadas para cumprimento da obrigação principal. Verificando o Juiz que o atraso no pagamento ocorreu somente em relação a algumas parcelas, correta a restrição da incidência da cláusula penal apenas para estas, mormente quando a redação da cláusula do acordo que a fixou deixa dúvida razoável acerca de sua abrangência. (TRT 20ª R. – AP 10757-2002-011-20-85-9 – (2691/05) – Rel. Juiz Eliseu Pereira do Nascimento – J. 19.09.2005) JNCCB.413

São comuns os casos de aplicação da multa moratória sobre o total do valor do acordo, sem atentar-se à necessidade de limitação à parcela inadimplida ou ao saldo remanescente do débito, pois, como dito supra, a redação dos acordos judiciais, em regra, favorece tal interpretação.

Esta situação merece ajuste judicial, de modo a não propiciar o enriquecimento sem causa (*ex vi* artigo 884 e seguintes da Lei 10.406/2002) da parte que beneficia-se pelo atraso, o que poderia levar ao extremo da oposição maliciosa ao pagamento ou de criação de contratempos, causando o inadimplemento total ou parcial da obrigação.

A discussão não recai na exclusão da cláusula penal, mas em sua adequação ao real valor do débito e das condições em que foi pactuado seu cumprimento. Assim, o comando do artigo 8º da CLT, sobre a aplicação da equidade⁸ e da vedação ao enriquecimento ilícito, adequa-se à regra do artigo 413 do Código Civil e 765 da CLT, tornando compatível com o processo trabalhista e seus fins a aplicação da regra civilista.

Neste íterim é que repousa a possibilidade do magistrado de 1º grau, ao analisar o pedido de aplicação e execução da cláusula penal, fixar o montante sobre o qual a mesma irá incidir ou mesmo reduzi-la proporcionalmente,

⁸ Equidade é o *princípio da justiça*, segundo o qual deve-se dar a cada um aquilo que lhe pertence.

adequando a penalidade imposta à sua finalidade, caso verifique latente desproporção da medida.

Carlos Roberto Gonçalves, disserta que a norma impôs ao juiz o dever de reprimir abusos, se a penalidade aplicada for manifestamente excessiva, desproporcional à natureza e à finalidade do negócio. Continua sua lição, aduzindo que *"a disposição é de ordem pública, podendo a redução ser determinada de ofício pelo magistrado, devendo ser considerada a boa – fé do devedor e a vantagem auferida pelo credor"*⁹, diferente do artigo 924 do Código Civil de 1916, onde encerrava mera faculdade do magistrado.

No mesmo sentido “Silvio Rodrigues (1918 a, v. 2:100) entende que também a multa moratória é passível de redução pelo juiz. Tal é verdadeiro, pois situações existirão em que a cobrança integral da multa, na mora, será excessiva e injusta punição ao devedor. É a aplicação de equidade. Por outro lado, não se poderia, nunca tolher ao juiz a faculdade de redução da multa, em que pesem opiniões em contrário. A faculdade atribuída ao juiz era, inelutavelmente de ordem pública. Hoje, não se encontrará quem defenda o contrário, sob pena de se colocar o devedor em situação de extrema inferioridade no contrato, mormente nos contratos de adesão.

⁹ Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito das Obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2002. (Parte geral).

Essa também é a orientação do Código de Defesa do Consumidor. Esse é o sentido finalmente adotado pelo vigente código, no art. 413: “A penalidade **deve** ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.” Notemos que a nova lei usa o verbo dever. Nesse caso a redução passa a ser definitivamente um dever do juiz, e não mais uma faculdade. Cabe ao juiz também no caso concreto, reduzir a multa se esta for manifestamente excessiva, levando-se em conta a natureza e a finalidade do negócio. O campo é o da equidade. O princípio se coaduna com o sentido social do contrato que o corrente Código atribui, bem como com a boa-fé objetiva.”¹⁰ e a “**Imutabilidade relativa da cláusula penal**. Apesar de prevalecer em nosso direito o princípio da imutabilidade da cláusula penal, por importar em pré-avaliação das perdas e danos, esta poderá ser alterada, equitativamente, pelo magistrado (RT,420:220 e 489:60) quando: a) o valor de sua cominação exceder o do contrato principal (CC, art. 412) ou for manifestamente excessivo, tendo em vista a natureza e finalidade do negócio; e b) houver cumprimento parcial da obrigação, hipótese em que

¹⁰ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**, São Paulo: ATLAS, 2004. (tomo II).

se terá redução equitativa da pena estipulada para o caso de mora ou de inadimplemento. “Em caso de penalidade, aplica-se a regra do art. 413 ao sinal, sejam as arras confirmatórias ou penitenciárias” (Enunciado n. 165 do Conselho da Justiça Federal, aprovado na III Jornada de Direito Civil)”¹¹.

Na mesma linha existem precedentes dos Tribunais Regionais do Trabalho¹² e do TST, no mesmo sentido (AIRR -

¹¹ DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2006

¹² AGRAVO DE PETIÇÃO Nº 01258-2002-531-05-00-5-AP A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio. (art. 413 do NCCB) V O T O Pretende o recorrente a reforma da decisão proferida às fls. 108/109 que determinou a redução do valor correspondente à cláusula penal. Sem razão. A toda evidência o julgador de primeiro grau, atento a realidade atual e afinado com a nova ordem jurídica, que, no campo das obrigações, privilegia a função social dos negócios jurídicos, decidiu com acerto quando fez incidir na hipótese vertente o conteúdo inserto no art. 413 do NCCB. O princípio clássico da pacta sunt servanda, com o advento do novo código civil, passou a ser entendido no sentido de que o negócio jurídico pactuado obriga as partes nos limites do equilíbrio dos direitos e deveres entre elas. O que interessa, atualmente, não é mais a exigência cega de cumprimento de uma avença, da forma como foi assinada ou celebrada, mas se sua execução não acarreta vantagem excessiva para uma das partes e desvantagem excessiva para outra. Colhe-se dos autos que as partes litigante firmaram, às fls. 64/65, acordo judicial onde ficou pactuado o pagamento da importância de R\$ 10.000,00 em cinco parcelas iguais de R\$ 2.000,00. Houve atraso no pagamento da 4ª parcela que somente foi adimplida em 19.05.2003 três dias após a data pré-fixada (16.05.2003) – doc. fl. 69 verso. As demais parcelas foram pagas nas datas apazadas. Com respaldo na mora incidente sobre a 4ª parcela da avença, o recorrente pleiteou o pagamento de cláusula penal de 40% sobre o valor total do acordo, tendo o juízo a quo utilizando-se de razoabilidade e equidade, está última conferida por lei, restringido a referida pena moratória ao percentual de 40% sobre o valor correspondente a parcela paga com atraso. O fez com lastro no art. 413 que assim dispõe: “A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se

a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio” (grifo nosso). Em razão desse permissivo legal, temos que a redução judicial da cláusula penal não ofendeu a ordem jurídica, nem acarretou qualquer prejuízo ao exequente. Ao revés, esse procedimento constitui medida justa, pois evita o enriquecimento sem causa em favor da parte a quem ela aproveita

TRT 6ª REGIÃO. PROCESSO Nº TRT – AP-01790-2003-020-06-00-3 EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. ACORDO JUDICIAL. COISA JULGADA. ATRASO NO PAGAMENTO. ARTIGOS 764, § 3º, da CLT; 394, 408 e 413, do CC. A qualquer tempo é possível às partes transacionarem, pondo fim ao processo (CLT, art. 764, § 3º). O acordo celebrado nos autos extingue o processo com exame de mérito, nos termos do art. 794, II, do CPC. E o termo de conciliação passa a ser o título executivo judicial dos autos em que é celebrado (CPC, art. 449, c/c art. 584, III). Nas datas aprazadas, a demandada não cumpriu com a obrigação acertada em Juízo, incidindo, destarte, em mora, o que atrai a aplicação da cláusula penal, nos termos do artigo 394 e 408, do Código Civil em vigor. Entretanto, apesar de ter havido descumprimento do acordo judicial, por ter a reclamada incorrido em mora, face ao atraso no pagamento das parcelas avençadas, é de se levar em consideração que os valores estipulados no acordo judicial foram integralmente satisfeitos, com cumprimento parcial do convênio firmado entre as partes, razão pela qual há de ser observado, pelo condutor do processo, o regramento inserto no artigo 413, do novo Código Civil, que impõe ao Juiz a redução equitativa da penalidade se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e finalidade do negócio. Ademais, o caso se enquadra perfeitamente também na segunda hipótese do artigo 413/CC, porquanto a penalidade de 100% se tornou manifestamente excessiva, levando-se em consideração que a multa calculada pela Contadoria do Juízo é superior ao valor das parcelas com atraso. Assim, considerando que a execução foi parcialmente cumprida, e observando-se o princípio da proporcionalidade inserto no artigo 413, do Código Civil em vigor, entendo que a multa a ser aplicada ao caso em comento dever ser reduzida para 50%. Agravo de petição parcialmente provido.

24036275 – CLÁUSULA PENAL – PARCELA DE ACORDO PAGA EM ATRASO – A cláusula penal incide sobre a parcela do acordo paga em atraso, na medida em que a penalidade deve ser equitativa, mormente quando as demais prestações foram quitadas pontualmente. A incidência da multa convencional sobre o valor da avença afigura-se-nos exacerbada, tendo em vista que apenas uma parcela, de sete, fora atrasada um dia, bem como a obrigação principal restou satisfeita. Inteligência do art. 413 do CC/02. (TRT 15ª R. – AP 1000-2003-022-15-00-3 – (1643/06) – 11ª C. –

50613/2002-900-03-00; RR - 1368/2001-005-19-40; RR - 1237/2002-044-02-00; RR - 1827/2002-082-15-00; AIRR - 1302/2003-022-15-40; AIRR - 1331/2003-022-15-40)¹³.

Rel. Juiz Edison dos Santos Pelegrini – DOESP 20.01.2006 – p. 38) JNCCB.413

21004189 – AGRADO DE PETIÇÃO – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE ACORDO – A meu ver, parcial razão assiste à agravante ao pedir a redução da multa, pois, conforme a orientação prescrita no art. 924 do Código Civil de 1916, a faculdade do juiz de reduzir proporcionalmente a pena estipulada para o caso de cumprimento parcial da obrigação, foi traduzida, no Código Civil de 2002 (art. 413), em dever, se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte. Dessa forma, ainda que tenha havido mora no pagamento da 2ª parcela, deve ser reduzida a multa referente à 3ª, 4ª e 5ª parcelas que foram posteriormente depositadas pela reclamada. Dou parcial provimento. (TRT 18ª R. – AP 01687-2002-009-18-00-0 – Rel. Juiz Geraldo Rodrigues do Nascimento – DJGO 16.01.2004) JNCCB.413 JCCB.924.

19ª Região AP 01405-1999-003-19-00-4 EMENTA AGRADO DE PETIÇÃO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ACORDO JUDICIAL. PENALIDADE EXCESSIVA. INCIDÊNCIA ARTIGO 413 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. CABÍVEL REDUÇÃO EQUITATIVA. Diante do inadimplemento do acordo firmado entre as partes, no bojo do qual se insere cláusula penal, impõe-se a aplicação do artigo 413 do novo Código Civil, tendo em vista ter restado demonstrado nos autos que o montante da penalidade imposta é manifestamente excessivo. Recurso improvido.

21ª Região ACÓRDÃO NUM: 48.228 decisão: 04 11 2003 tipo: ap num: 00567 ano: 2003 número único proc: ap - 00567-2003-921-21-00-7 ementa agravo de petição. termo de conciliação. cláusula penal. cumprimento parcial da obrigação. redução da pena estipulada. legalidade. cumprido em parte o acordo judicial a penalidade pode e deve ser reduzida equitativamente pelo juiz para o caso de inadimplemento. aplicação do disposto no art. 924 do código civil.

¹³ AIRR - 1302/2003-022-15-40 DJ - 07/12/2006 PROC. Nº TST-AIRR-1302/2003-022-15-40.6 C: A C Ó R D Ã O 3ª Turma AGRADO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CLÁUSULA PENAL EM ACORDO EXTRAJUDICIAL HOMOLOGADO. REDUÇÃO EQUITATIVA. Decisão que restringe a incidência de cláusula penal, inserida em acordo extrajudicial homologado, à

5 DO VENCIMENTO ANTECIPADO DAS PRESTAÇÕES VINCENDAS.

O artigo 891 da CLT prevê a antecipação das parcelas vincendas no caso de inadimplemento. Nestes casos, o inadimplemento, e não a mora – frise-se, faz antecipar o vencimento das parcelas, passando a ser devido por inteiro o saldo remanescente do débito. Esta situação tipo, faz incidir a cláusula penal sobre o total do saldo remanescente, excluindo-se portanto, as parcelas já adimplidas do acordo¹⁴.

Conclusão contrária levaria ao cálculo da multa sobre o total do acordo, incidindo em *bis in idem*, pois já adimplida parcela da obrigação, causando lesão ao artigo 412 da Lei 10.406/2002, e subsumindo ao artigo 413 do mesmo

única parcela paga com atraso de apenas 2 (dois) dias, não viola o art. 5º, XXXVI, da CF, pois, nos termos do art. 413 do Código Civil, A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

¹⁴ 20ª Região Nº 01.04-0596/01 NA VARA DE ORIGEM ACÓRDÃO NUM: 1884/02 DECISÃO: 10 09 2002 EMENTA ACORDO JUDICIAL - CUMPRIMENTO PARCIAL - CLAÚSULA PENAL . Comprovado nos autos o pagamento parcial do valor ajustado, a cláusula penal constante do acordo deverá incidir, apenas, sobre o montante não quitado, para não dar vez a enriquecimento sem causa.

diploma, fazendo-se necessária a atuação do magistrado na redução eqüitativa da penalidade¹⁵.

Carrion leciona que:

o vencimento antecipado das primeiras pelo inadimplemento, independe de que, no acordo, tenha sido prevista tal cláusula. As segundas se vencerão automaticamente, de acordo com a ocorrência dos fatos que lhe são requisitos¹⁶.

Esta situação tipo reforça a necessidade de diferenciar-se o inadimplemento da mora, pois, como demonstrado, as conseqüências em cada caso são distintas, já que a mora não importa no vencimento antecipado das parcelas vincendas.

¹⁵ 15ª Região 027142/2000 AP 025759 1999 EMENTA EXECUÇÃO - INADIMPLEMENTO PARCIAL DE ACORDO JUDICIAL – VENCIMENTO ANTECIPADO DAS PARCELAS VINCENDAS – REDUÇÃO DA MULTA CONVENCIONAL – Efetuado o pagamento fora do tempo aprazado, constitui-se em mora o devedor, na forma do artigo 955, do Código Civil. Afastada a excludente de responsabilidade diante da existência de outras maneiras possíveis para o cumprimento obrigacional, resta configurada a sua culpa pelo atraso na quitação, sujeitando-se ao vencimento antecipado das parcelas vincendas (art. 891, CLT). Sendo o inadimplemento da obrigação apenas parcial, há que se reduzir o valor da multa convencional preestabelecida à proporcionalidade da inexecução operada (art. 924, CCB).

CONCLUSÃO

A par da liberdade na direção processual e da promoção *ex officio* da execução trabalhista, cabe ao magistrado decidir por equidade de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público (artigos 8º e 852 – I, §1º da CLT, 127 do CPC). Neste mister é sua obrigação velar pelo não enriquecimento sem causa, injusto, imoral e, invariavelmente contrário ao direito, ainda que somente sob o aspecto da equidade ou dos princípios gerais de direito.

Em que pesem posicionamentos contrários, ressaltando que a autonomia da vontade e a coisa julgada operada pelo acordo firmado não são passíveis de alteração¹⁷,

¹⁶ CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2006

¹⁷ TRT 23ª REGIÃO AP 00143.2006.091.23.00-1 EMENTA ACORDO JUDICIAL. CLÁUSULA PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO. Após a chancela judicial, as condições livremente pactuadas possuem força de lei entre as partes e, por isso, não podem ser modificadas. Na realidade, elas devem ser rigorosamente cumpridas, mormente quando convencionada a adoção de cláusula penal para a hipótese de atraso ou descumprimento da obrigação. Na hipótese, não há que se apelar para os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, visto que a redução da cláusula penal malfere o art. 5º, XXXVI, da CR/88, bem como fere o princípio da igualdade entre as partes, pois, além de violar a coisa julgada materializada no título executivo, acaba beneficiando apenas a parte que não foi diligente no cumprimento do acordo. Portanto, ainda que a segunda e

a utilização do artigo 413 da Lei 10.406/2002, não encontra óbice, na coisa julgada ou na autonomia privada, mas faz parte do dever de manter o equilíbrio e a adequação das relações continuativas, por analogia ao artigo 471, I do CPC. Esta inclusive é a orientação do Enunciado 165¹⁸ da III jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, o que coaduna-se com a parte final do artigo 846,§2º da CLT, pois é possível a cobrança da multa moratória, sem prejuízo do cumprimento do acordo.

REFERÊNCIA

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2005.

CARRION, Valentim. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2006

última parcela tenha sido adimplida com 01 (um) dia de atraso, é direito líquido e certo do Exequente o recebimento da multa equivalente a “50% (cinquenta por cento) sobre o valor do acordo “, pois assim transitou em julgado o título executivo.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2006

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das Obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SELLA, Adriano. **Ética na Justiça**. São Paulo: Paulus, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**, São Paulo: Atlas, 2004. tomo II.

¹⁸ **165** – Art. 413: Em caso de penalidade, aplica-se a regra do art. 413 ao sinal, sejam as arras confirmatórias ou penitenciais.